

U F M G



Cedeplar

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 523

ÍNDIOS NA CIDADE:

**PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS INDÍGENAS RESIDENTES NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

Vanessa Cardoso Ferreira

Bartolomeu Pankararu

Ramon da Silva Torres

Cláudio Santiago Dias Júnior

Dezembro de 2015

Universidade Federal de Minas Gerais

Jaime Arturo Ramírez (Reitor)

Sandra Regina Goulart Almeida (Vice-reitora)

Faculdade de Ciências Econômicas

Paula Miranda-Ribeiro (Diretora)

Lizia de Figueirêdo (Vice-diretora)

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)

Cássio Maldonado Turra (Diretor)

José Irineu Rangel Rigotti (Coordenador do Programa de Pós-graduação em Demografia)
Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Economia)
Laura Lídia Rodríguez Wong (Chefe do Departamento de Demografia)
Gustavo Britto (Chefe do Departamento de Ciências Econômicas)

Editores da série de Textos para Discussão

Adriana de Miranda Ribeiro (Demografia)

Aline Souza Magalhães (Economia)

Secretaria Geral do Cedeplar

Maristela Dória (Secretária-Geral)

Simone Basques Sette dos Reis (Editoração)

<http://www.cedeplar.ufmg.br>**Textos para Discussão**

A série de Textos para Discussão divulga resultados preliminares de estudos desenvolvidos no âmbito do Cedeplar, com o objetivo de compartilhar ideias e obter comentários e críticas da comunidade científica antes de seu envio para publicação final. Os Textos para Discussão do Cedeplar começaram a ser publicados em 1974 e têm se destacado pela diversidade de temas e áreas de pesquisa.

I39 Índios na cidade : perfil sociodemográfico dos
2015 indígenas residentes na região metropolitana de Belo Horizonte / Vanessa
Cardoso Ferreira ... [et al.]. - Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 2015. 31 p.: il. - (Texto para discussão, 523)

Inclui bibliografia.

ISSN 2318-2377

1. Índios da América do Sul - Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) 2. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) - População. I. Ferreira, Vanessa Cardoso. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título. IV. Série.

CDD: 305.801081

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
FACE/UFMG - JN 094/2015

As opiniões contidas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Faculdade de Ciências Econômicas ou da Universidade Federal de Minas Gerais. É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Opinions expressed in this paper are those of the author(s) and do not necessarily reflect views of the publishers. The reproduction of parts of this paper or data therein is allowed if properly cited. Commercial and full text reproductions are strictly forbidden.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

**ÍNDIOS NA CIDADE: PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS INDÍGENAS
RESIDENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE***

Vanessa Cardoso Ferreira

Cedeplar/UFMG – va.cafes@gmail.com

Bartolomeu Pankararu

FAE/UFMG - bcsrankararu@gmail.com

Ramon da Silva Torres

FACE/UFMG - rsnatorres@gmail.com

Cláudio Santiago Dias Júnior

UFMG - claudiosantiago@mail.com

CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2015

* Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
METODOLOGIA	7
APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000 E 2010	7
População total e relação entre sexo	7
Pirâmide Etária.....	10
Situação domicílio	11
Educação	12
<i>Alfabetização</i>	12
<i>Nível de instrução</i>	13
<i>Curso mais elevado</i>	14
Relação com o responsável pelo domicílio.....	16
Situação Conjugal	17
Religião	19
Migração	21
<i>Intermunicipal</i>	21
<i>Interestadual</i>	22
Nacionalidade	23
Trabalho e Rendimento.....	24
<i>Trabalho Remunerado</i>	24
<i>Tipo de Trabalho</i>	25
Previdência.....	27
Rendimento em salário mínimo	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	30

RESUMO

Levantamentos realizados por entidades ligadas à causa indígena, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), revelam que no Brasil existem cerca de 200 povos indígenas. Esses povos estão distribuídos por todo o território nacional, e se dividem em várias etnias e línguas faladas, com características sociais, culturais e econômicas distintas. O tamanho desta população varia segundo as fontes de informação. Resultados preliminares do Censo Demográfico de 2010 revelam a existência de 815 mil indígenas, cerca de 0,4% do total da população brasileira.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimaram a existência de 32 mil pessoas que se autodeclararam indígena no estado de Minas Gerais, em 2010, enquanto esse número era 49 mil em 2000. Em Minas Gerais, o número de indígenas aldeados é de aproximadamente 12 mil pessoas, segundo o censo realizado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 2007. De acordo com esse levantamento, nove povos indígenas residem no estado, sendo eles os Xakriabá, Maxakali, Krenak, Pataxó, Caxixó, Xukuru-Kariri, Pankararu, Aranã e Mukurin.

Este trabalho descreve algumas características da população autodeclarada indígena residente na terceira maior região metropolitana do Brasil, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), localizada no estado de Minas Gerais. Para tal levantamento foram utilizados os dados do Censo Demográfico do IBGE dos anos de 2000 e 2010 e informações coletadas em trabalho de campo, por meio de entrevistas aplicadas a uma amostra dos indígenas residentes na RMBH.

O estudo do perfil sociodemográfico da população autodeclarada indígena residente na RMBH permitiu obter importantes informações sobre as características sociodemográficas dessa população. Os resultados presentes, de uma maneira geral, revelam uma população pobre, com baixa escolaridade, com trabalhos precários e sem a devida assistência previdenciária. Ainda, revela uma redução significativa no número de indígenas na RMBH, com alterações importantes na pirâmide etária.

Palavras-Chave: índios, cidade, perfil sociodemográfico, região metropolitana de Belo Horizonte

Classificação JEL: Y80

ABSTRACT

Surveys carried out by entities linked to the indigenous cause, such as the Indigenous Missionary Council (CIMI) and the Socio-Environmental Institute (ISA) show that in Brazil there are about 200 indigenous peoples. These people are distributed throughout the country, and are divided into various ethnic groups and languages spoken, with social, cultural and economic distinct. The size of this population varies according to the sources of information. Preliminary results of Census 2010 show that there are 815,000 indigenous people, about 0.4% of the total population.

Data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) estimated that there are 32,000 people who declared themselves as indigenous in the state of Minas Gerais in 2010, while this figure was 49,000 in 2000. In Minas Gerais, the number of indigenous villages is approximately 12

thousand people, according to the census conducted by the Federal University of Ouro Preto (UFOP) in 2007. According to this survey, nine indigenous peoples reside in the state, and they are Xakriabá, Maxakali, Krenak, Pataxó, Caxixó, Xukuru- Kariri, Pankararu, Aranã and Mukurin.

This paper describes some characteristics of the self-declared indigenous population of the third largest metropolitan area in Brazil, the metropolitan area of Belo Horizonte (MRBH), located in the state of Minas Gerais. For this survey, we used the data from the IBGE Census of 2000 and 2010 and information collected in field work, through interviews applied to a sample of indigenous residents in Greater Belo Horizonte.

The sociodemographic study of the indigenous population of the self-declared MRBH yielded important information on the sociodemographic characteristics of this population. The present results, in general, show a poor, with low education, with precarious jobs without proper social security and assistance. Also shows a significant reduction in the number of Indians in MRBH with fundamental changes in the age structure.

Keywords: Indians, city, sociodemographic profile, metropolitan region of Belo Horizonte

JEL Classification: Y80

INTRODUÇÃO

Os últimos dados gerais do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 revelam que no Brasil existem cerca de 300 povos indígenas, falantes de 274 idiomas¹.

Esses povos estão distribuídos por todo o território nacional e possuem características sociais, culturais e econômicas distintas. Em 2010 foram registrados 896,9 mil indígenas, o que corresponde a 0,4% do total da população brasileira. Desta população 36,2% encontra-se em área urbana e 63,8% em área rural.

Quanto ao estado de Minas Gerais os dados do Censo do IBGE de 2010 apontaram para a existência de 32 mil pessoas que se autodeclararam indígenas, enquanto que em 2000 esse número era de 49 mil pessoas. O número de indígenas aldeados no estado é de aproximadamente 12 mil pessoas, segundo o censo realizado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em 2007. De acordo com esse levantamento, nove povos indígenas residem no estado, sendo eles os Xakriabá, Maxakali, Krenak, Pataxó, Kaxixó, Xukuru-Kariri, Pankararu, Aranã e Mukuri.

Vale salientar que a categoria índios urbanos não deve ser vista necessariamente como desconectada dos seus vínculos históricos, de parentesco e de sociabilidade com os índios considerados ‘aldeados’ ou seja, aqueles que vivem em Terras Indígenas. De acordo com Azevedo (2011) as primeiras análises do Censo de 2010 do IBGE têm provocado os antropólogos, demógrafos, geógrafos e economistas a discutir a multilocalidade dos povos indígenas que se encontra articulada aos fenômenos de *migração, aos deslocamentos espaciais da população indígena em direção aos centros urbanos e, ao mesmo tempo, a sua presença - ou consideração de moradia principal - nas aldeias de origem*.

Diante de um fenômeno demográfico de tamanha complexidade, este relatório pretende descrever algumas características da população autodeclarada indígena residente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), utilizando os dados do Censo Demográfico do IBGE dos anos de 2000 e 2010.

Este trabalho foi elaborado em parceria com: (i) o Grupo Voluntariato Civile (GCV), ONG italiana; (ii) o Projeto “Centro de Serviços para as Populações Indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte”, financiado pela União Européia (UE) – Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH), Comissão Europeia no Brasil; e, (iii) a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio da participação da Faculdade de Educação (FAE) e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR).

A RMBH, terceira maior região metropolitana do Brasil, foi instituída em 1973 e, inicialmente, era composta por 14 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Na Constituição Estadual de Minas Gerais, em 1989, foram integrados à RMBH os municípios: Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme. Nos seguintes anos foram incorporados à RMBH os

¹ As informações demográficas podem variar significativamente dependendo das fontes consultadas e metodologias utilizadas para o levantamento de dados. No caso dos povos indígenas além do IBGE, é possível encontrar referências no ISA, CIMI, FUNAI, SESA, entre outras instituições.

municípios de: *i*) em 1993: Juatuba e São José da Lapa; *ii*) em 1997: Florestal, Rio Manso, Confins, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo, *iii*) em 2000: Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos e Nova União; e por fim, *iv*) em 2002: Itatiaiuçu. (Ferreira, 2011). Desse modo, a RMBH é hoje composta por 34 municípios, os quais serão considerados no presente relatório.

METODOLOGIA

O estudo do perfil sociodemográfico da população autodeclarada indígena na RMBH foi feito a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 disponibilizados pelo IBGE e por meio de entrevistas aplicadas a uma amostra dos indígenas residentes na RMBH.

Para o trabalho com os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 foi utilizado o programa estatístico STATA. Os resultados levantados por este estudo serão apresentados na seção a seguir. Como poderá ser visto, na maioria dos casos foram utilizados valores percentuais em detrimento dos valores absolutos a fim de facilitar as comparações entre 2000 e 2010.

As entrevistas aplicadas junto à amostra da população indígena autodeclarada residente na RMBH, seguiram o formato de uma entrevista semi-estruturada, na qual eram entrevistados o responsável pelo núcleo familiar e os indígenas residentes maiores de 10 anos. As entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2013 e totalizaram cerca de 50.

Entre os aplicadores estavam alunos indígenas da UFMG, o que facilitava o contato e o diálogo com os indígenas entrevistados. A percepção preliminar dos dados e das informações coletadas em trabalho de campo mostra que as questões envolvendo o perfil sociodemográfico dos indígenas autodeclarado residentes na RMBH e o seu modo de vida são muito complexas, envolvendo uma série de dificuldades: aceitação por parte da sociedade da sua identidade indígena, acesso ao sistema de saúde, oportunidade de emprego, entre outras. Vale destacar que a equipe ainda está trabalhando com a sistematização completa das informações coletadas.

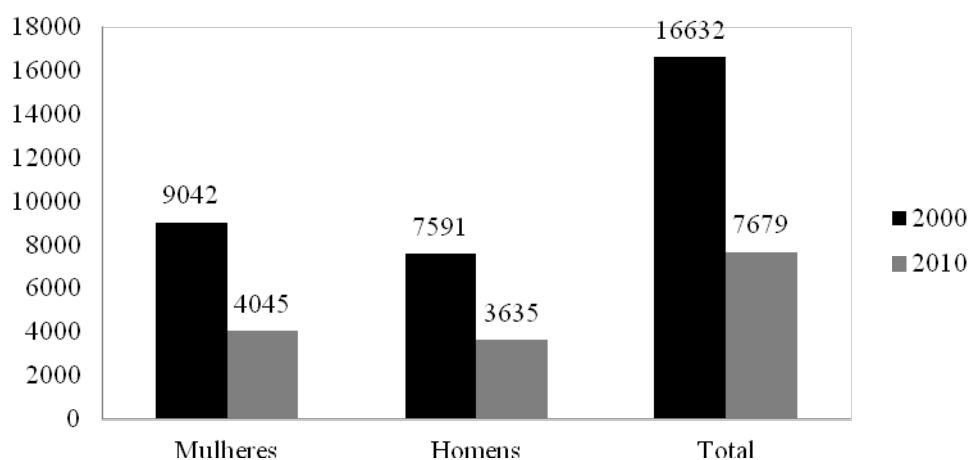
APRESENTAÇÃO DOS DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 2000 E 2010

População total e relação entre sexo

De acordo com os dados (Gráfico 1), observa-se que, em 2000, a população autodeclarada indígena na RMBH era de 16.332 pessoas. Em 2010, a população autodeclarada indígena na RMBH reduz para 7.979 pessoas (Gráfico 1). O total de mulheres da população autodeclarada indígena era de 9.042 em 2000 e de 4.045 em 2010. O total de homens dessa população era de 7.591 em 2000 e de 3.635 em 2010. Nos dois anos a população de mulheres autodeclaradas indígenas superou a de homens autodeclarados indígenas, entretanto, a diferença entre os gêneros, tanto em 2000 quanto em 2010, não é acentuada.

Além da redução nas autodeclarações, observa-se uma redução do número de municípios onde se verifica a existência de população autodeclarada indígena entre os dois períodos. Como pode ser observado na Tabela 1, em 2010 não aparece população autodeclarada indígena nos municípios de Capim Branco, Confins, Florestal, Nova União, Raposos, Rio Acima e Sarzedo. Os municípios de Itaguara e Rio Manso não apresentam população autodeclarada indígena em nenhum dos dois períodos. Vale lembrar que o município de Itatiaiuçu passou a integrar a RMBH somente em 2002, e, portanto, não estava presente na análise de 2000; em 2010 ele não apresenta população autodeclarada indígena.

GRÁFICO 1
População autodeclarada indígena, segundo gênero, RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

O resultado da Tabela 1 mostra que Belo Horizonte era o município com maior concentração de pessoas autodeclaradas indígenas na RMBH, concentrando 45,62% da população total indígena. Em seguida estavam os municípios de Contagem e Raposos, com 11,46% e 7,39% da população total, respectivamente. A concentração dos indígenas era muito forte na capital mineira quando comparado com o restante de sua região metropolitana.

Com relação à composição de sexo nota-se que havia mais mulheres indígenas do que homens indígenas não só nesses três municípios, como na maioria dos municípios da RMBH. No entanto, a diferença entre os sexos não é muito acentuada.

Em 2010 observa-se que, à semelhança de 2000, Belo Horizonte era o município com maior concentração de pessoas autodeclaradas indígenas, concentrando 51,54 % da população total indígena. Em seguida, estavam os municípios de Contagem e Ribeirão das Neves, com 14,17% e 9,76% da população total, respectivamente. Nota-se que a segunda posição, antes ocupada por Raposos, passa a ser ocupada por Ribeirão das Neves. Pode-se observar que a concentração (percentual) de indivíduos autodeclarados indígenas aumentou em Belo Horizonte e Ribeirão das Neves entre os dois anos estudados. Mais da metade da população indígena da RMBH se encontrava em Belo Horizonte, em 2010.

Com relação à composição de sexo continuam existindo mais mulheres indígenas do que homens indígenas não só nesses três municípios, como na maioria dos municípios da RMBH. E novamente, a diferença entre gêneros não é muito acentuada.

TABELA 1
População autodeclarada indígena absoluta e percentual – RMBH – 2000 e 2010

Municípios	2000						2010					
	Absoluto			Percentual			Absoluto			Percentual		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Baldim	6	4	10	0,08	0,04	0,06	4	7	11	0,10	0,18	0,14
Belo Horizonte	3425	4163	7588	45,12	46,04	45,62	1910	2049	3958	52,54	50,65	51,54
Betim	565	666	1231	7,44	7,37	7,40	242	305	547	6,66	7,54	7,12
Brumadinho	142	74	216	1,87	0,82	1,30	0	25	25	0,00	0,63	0,33
Caeté	57	28	84	0,75	0,31	0,51	8	15	23	0,23	0,36	0,30
Capim Branco	5	0	5	0,07	0,00	0,03	-	-	-	-	-	-
Confins	5	10	16	0,07	0,11	0,10	-	-	-	-	-	-
Contagem	912	994	1906	12,01	10,99	11,46	450	573	1023	12,39	14,17	13,32
EsmERALDAS	107	104	211	1,41	1,15	1,27	32	84	116	0,88	2,09	1,52
Florestal	4	0	4	0,05	0,00	0,02	-	-	-	-	-	-
Ibirité	339	384	724	4,47	4,25	4,35	135	151	285	3,71	3,72	3,72
Igarapé	50	87	137	0,66	0,96	0,82	8	19	28	0,23	0,48	0,36
Jaboticatubas	63	25	87	0,83	0,28	0,52	5	0	5	0,15	0,00	0,07
Juatuba	0	13	13	0,00	0,14	0,08	13	11	24	0,36	0,26	0,31
Lagoa Santa	0	12	12	0,00	0,13	0,07	54	33	86	1,47	0,81	1,12
Mário Campos	87	152	239	1,15	1,68	1,44	10	41	51	0,28	1,01	0,66
Mateus Leme	5	16	21	0,07	0,18	0,13	14	7	22	0,40	0,18	0,28
Matozinhos	76	56	132	1,00	0,62	0,79	23	16	39	0,65	0,39	0,51
Nova Lima	11	48	59	0,14	0,53	0,35	31	34	65	0,84	0,84	0,84
Nova União	231	161	392	3,04	1,78	2,36	-	-	-	-	-	-
Pedro Leopoldo	49	80	129	0,65	0,88	0,78	21	0	21	0,57	0,00	0,27
Raposos	527	702	1229	6,94	7,76	7,39	-	-	-	-	-	-
Ribeirão das Neves	20	16	36	0,26	0,18	0,22	270	395	665	7,43	9,76	8,66
Rio Acima	5	23	28	0,07	0,25	0,17	-	-	-	-	-	-
Sabará	182	202	384	2,40	2,23	2,31	82	71	153	2,25	1,76	1,99
Santa Luzia	324	413	738	4,27	4,57	4,44	227	152	379	6,25	3,76	4,94
São Joaquim de Bicas	27	47	75	0,36	0,52	0,45	13	0	13	0,36	0,00	0,17
São José da Lapa	44	121	165	0,58	1,34	0,99	9	0	9	0,24	0,00	0,11
Sarzedo	4	5	10	0,05	0,06	0,06	-	-	-	-	-	-
Taquaraçu de Minas	0	7	7	0,00	0,08	0,04	0	2	2	0,00	0,06	0,03
Vespasiano	319	429	748	4,20	4,74	4,50	74	55	128	2,03	1,35	1,67
TOTAL	7591	9042	16632	100,00	100,00	100,00	3635	4045	7679	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Pirâmide Etária

A pirâmide etária representa a estrutura etária da população de uma determinada região, relacionando a população segundo gênero e idade. Na base, encontra-se a população jovem, ao passo que no topo encontra-se a população idosa. Além disso, o lado direito da pirâmide representa as mulheres enquanto a esquerda representa os homens.

A pirâmide etária da população autodeclarada indígena da RMBH, em 2000, exibe características semelhantes àquelas apresentadas pela população urbana brasileira. Como pode ser observado, a base da pirâmide é estreita e o seu corpo relativamente largo, o que indica uma pequena proporção de crianças e adolescentes, o que, por sua vez, pode refletir em níveis de fecundidade e mortalidade mais baixos.

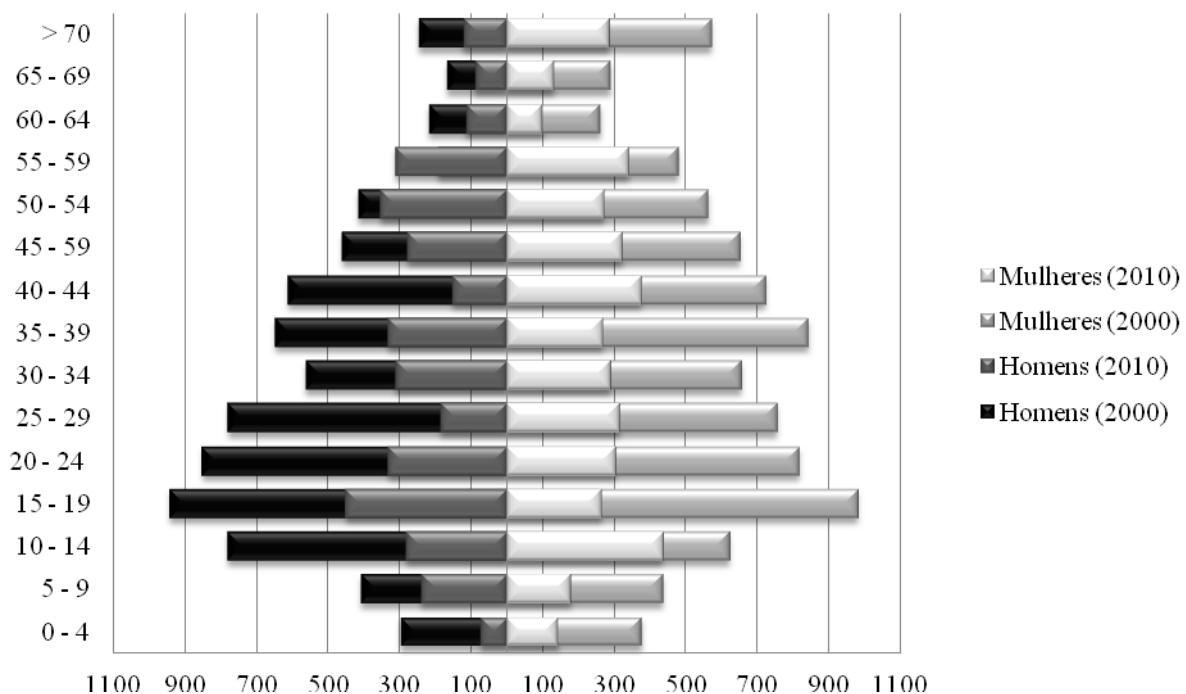
A pirâmide etária de 2010 também é estreita na base e o seu corpo também é relativamente mais largo, embora nesse período a diferença entre o corpo e seus extremos seja bem menor que no período anterior. Isso indica que a RMBH, em semelhança a 2000, apresenta uma pequena proporção de crianças e adolescentes, podendo refletir, novamente, níveis de fecundidade e mortalidade mais baixos. Entretanto, a população jovem e adulta reduziu substancialmente.

Outra possível justificativa para diminuição da população autodeclarada indígena residente na RMBH nos períodos em estudo é o fato de que muitas dessas pessoas podem ter se deslocado para a região em busca de estudo e/ou de emprego. Nesse caso, a população migrante é composta, sobretudo, por jovens e adultos, ficando as crianças em sua moradia anterior. Por essa razão, a população infantil não seria muito expressiva entre os autodeclarados indígenas residentes na RMBH. A migração será melhor discutida no decorrer do relatório.

O Gráfico 2 mostra as pirâmides etárias dessa população em 2000 e 2010. No gráfico pode-se observar a redução total da população autodeclarada indígena na RMBH, entre os dois períodos. Nota-se que a redução mais expressiva se deu nas faixas etárias entre 15 e 59 anos.

Chama à atenção o fato de os dados indicarem que a população feminina autodeclarada indígena na faixa etária de 10 a 14 anos ter aumentado relativamente às demais faixas etárias entre 2000 e 2010. Questiona-se o motivo que teria levado ao aumento, dado que essa população é formada por crianças e adolescentes, e, portanto, não fazem parte daqueles indivíduos que podem ter se deslocado para a RMBH para fins de estudo e/ou trabalho.

GRÁFICO 2
Pirâmide etária da população autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



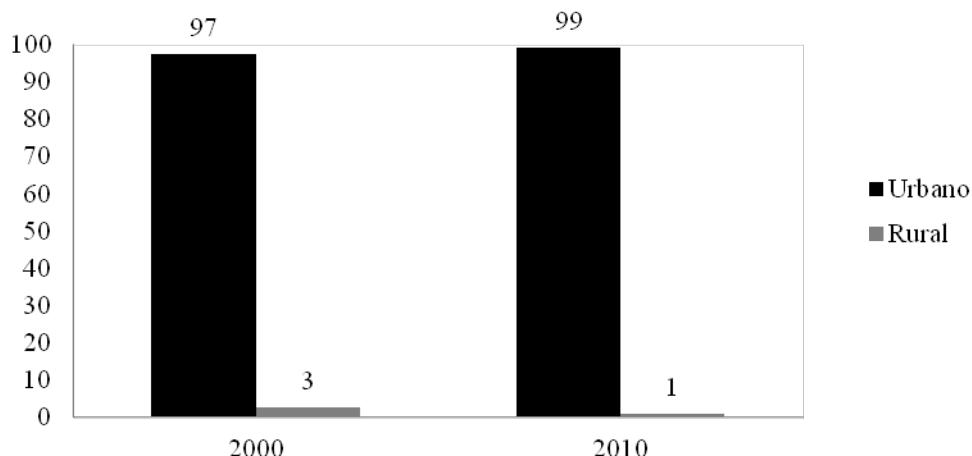
Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Situação domicílio

Conforme mostra o Gráfico 3, em 2000, apenas 3% da população autodeclarada indígena na RMBH vivia em uma situação de domicílio rural. Em 2010 esse valor reduziu para 1%. Esse resultado reflete a predominância de população autodeclarada indígena em domicílios urbanos na RMBH.

É importante destacar que esse cenário reflete o alto grau de urbanização da região em estudo. Como se trata de uma região metropolitana era esperado que a maioria da população residente estivesse, de fato, em um domicílio em situação urbana.

GRÁFICO 3
Situação do domicílio (%) da população autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Educação

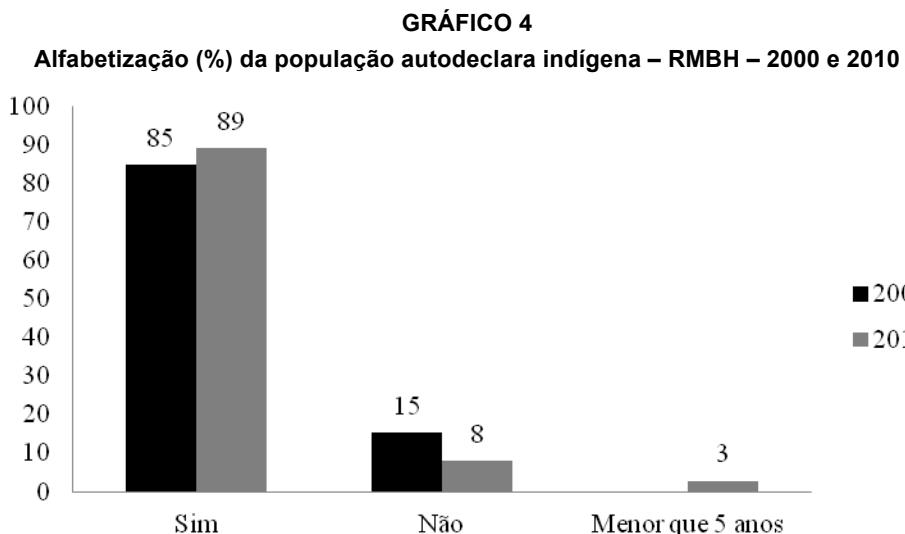
A análise da educação para os autodeclarados indígenas na RMBH foi feita com base nas informações de alfabetização, nível de instrução e curso mais elevado que a população em estudo frequentava.

Alfabetização

Os dados indicam (Gráfico 4) que, em 2000, 85% da população autodeclarada indígena residente na RMBH era alfabetizada, e 15% era não alfabetizada. A taxa de analfabetismo, nesse ano, era um pouco maior que a taxa de analfabetismo para o Brasil (13,63%). (IBGE, 2005).

Em 2010, observa-se o aumento da taxa de alfabetização para a população autodeclarada indígena da RMBH, que passa a ser de 89%. Com isso, a taxa de analfabetismo cai para 8%, menor que a taxa de analfabetismo do Brasil nesse ano, 9,6% (IBGE, 2011). Os 3% restantes, para 2010, referem-se à população menor de 5 anos, para a qual esse item não se aplica.

Assim, os dados sugerem que houve uma melhora no nível de alfabetização da população autodeclarada indígena residente na RMBH, mas indivíduos dessa população sabem ler e escrever.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Nível de instrução

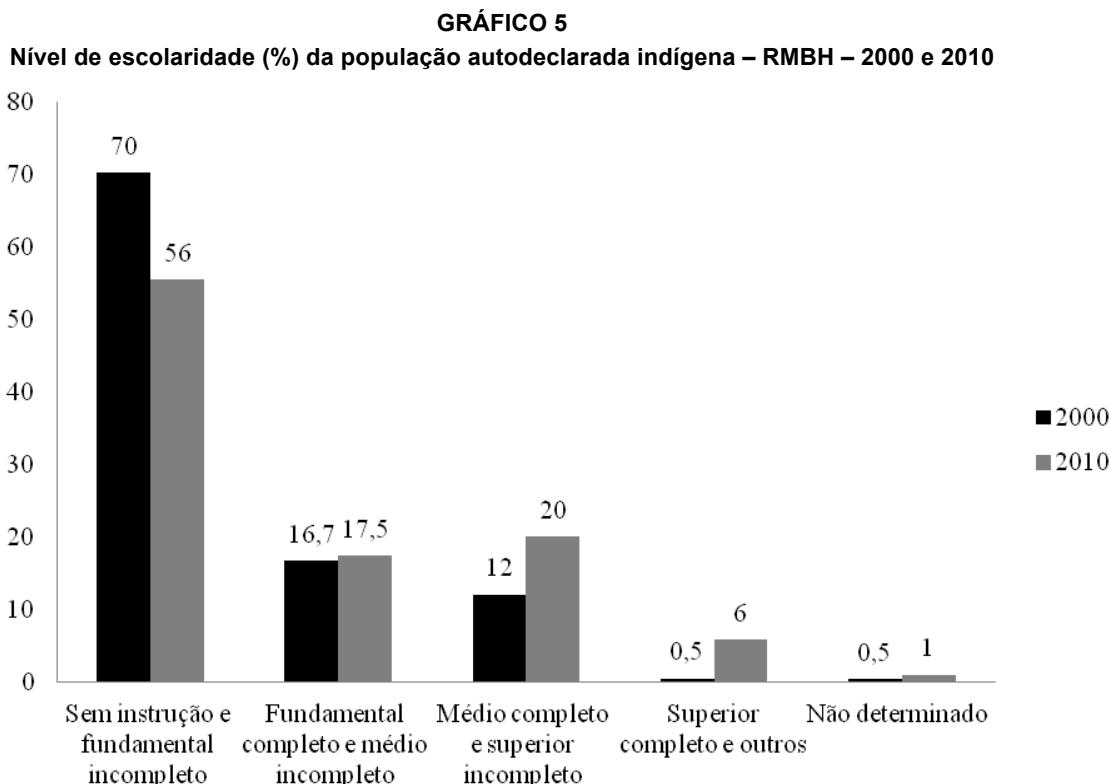
O nível de instrução é uma informação interessante para se avaliar a educação de determinada população, pois mostra o nível de conhecimento formal alcançado. Espera-se que quanto mais elevado o nível de instrução de uma população, melhor a sua condição de vida.

Os dados mostram (Gráfico 5) que em 2000, 70% da população autodeclarada indígena residente na RMBH não tinha instrução e/ou tinham o fundamental incompleto; 16,7% tinham fundamental completo e médio incompleto; 12% tinham médio completo e superior incompleto; e apenas 0,5% tinham superior completo e/ou níveis mais elevados de instrução. O outro 0,5% restante é para o não determinado.

Em 2010, observa-se uma melhora geral do nível de instrução da população autodeclarada indígena residente na RMBH. Há uma redução para 56% da população sem instrução e/ou com o fundamental incompleto; um aumento para 17,7% da população com fundamental completo e médio incompleto; um aumento para 20% da população com médio completo e superior incompleto; e um aumento para 6% da população com superior completo e/ou níveis mais elevados de instrução. O outro 1% restante é para o não determinado.

Como pode ser visto, houve um aumento de 8% dos autodeclarados indígenas residentes na RMBH com nível médio completo e superior incompleto. Esse aumento foi consideravelmente acentuado. Surpreende o crescimento do nível superior completo entre os dois períodos, embora fosse esperada uma melhora nesse item, a melhora de 0,5% para 6%, tratando-se de um nível de escolaridade alto, é expressiva.

Embora tenha ocorrido uma melhora considerável do nível de instrução da população autodeclarada indígena na RMBH, vale destacar que o fato de mais da metade dessa população (56%) não ter instrução e/ou ter o fundamental incompleto, em 2010, pode ser considerado preocupante.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Curso mais elevado

A fim de melhor compreender a educação da população autodeclarada indígena na RMBH foi verificado o curso mais elevado que os estudantes dessa população declararam ter frequentado.

A análise desse item foi feita separadamente para os períodos em estudo em face à mudança das categorias no ano de 2010. Os itens creche, pré-escola e classe de alfabetização foram agrupados nos dados de 2000 para facilitar a comparação com 2010. As demais categorias não foram alteradas, em decorrência da dificuldade de compatibilizá-las sem perda de informação. Desse modo, o estudo dos resultados apresentados pelos dados será feita de forma separada, mas a comparação entre os anos será realizada sempre que possível e ponderadas às diferenças.

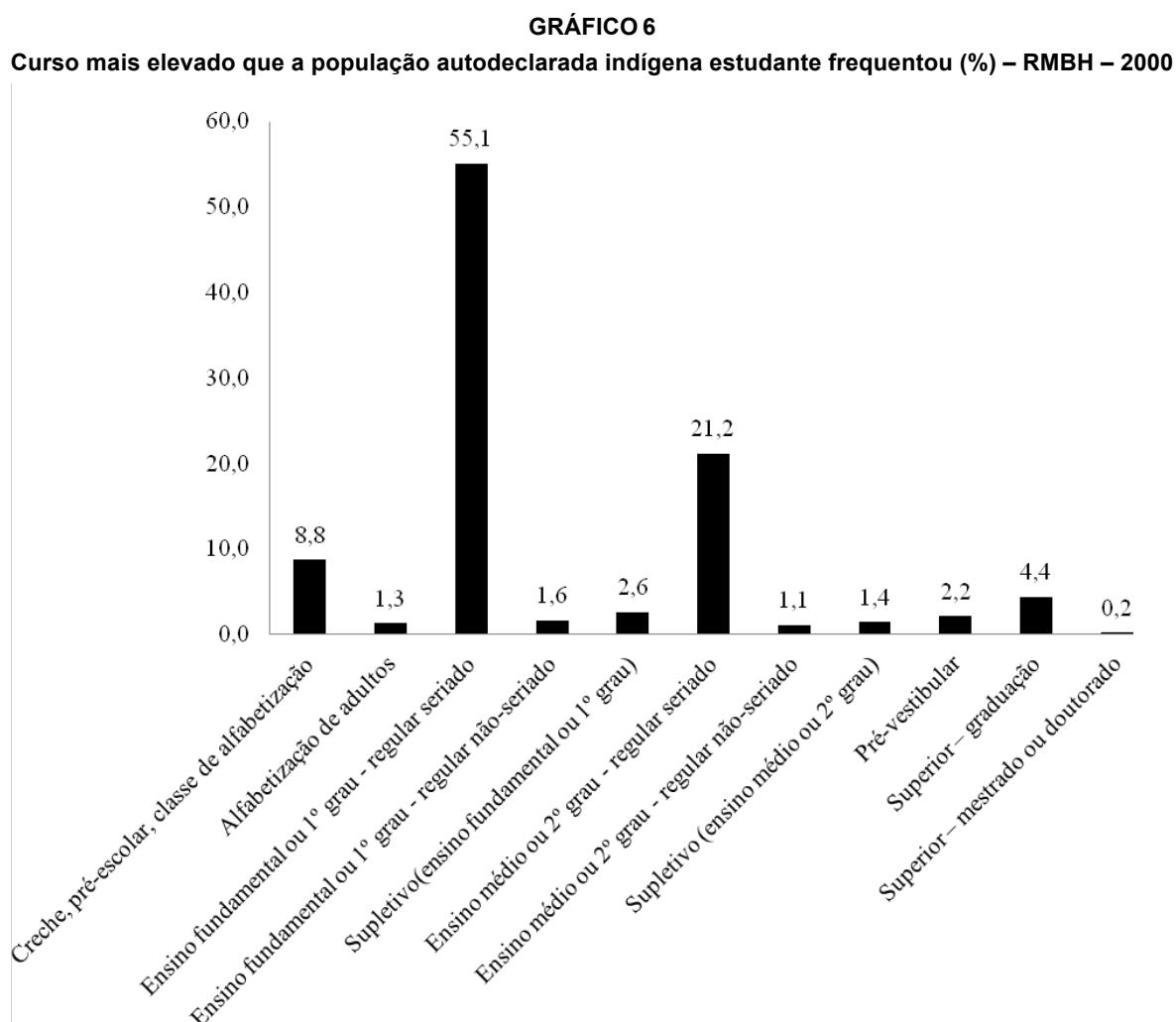
Em 2000, os dados mostram (Gráfico 6) que mais da metade da população autodeclarada indígena na RMBH (55,1%) tinha frequentado, como curso mais elevado, o Ensino fundamental ou 1º grau – regular seriado. Em seguida, tinha-se que 21,2% da população já tinham frequentado o Ensino médio ou 2º grau – regular seriado; 8,8% estavam frequentando creche, pré-escola ou classe de alfabetização; e, 4,4% declararam ter cursado o superior – graduação. Apenas 0,2% declararam ter cursado superior – mestrado ou doutorado.

Em 2010, os dados mostram que o curso mais frequentado pela população autodeclarada indígena residente na RMBH foi o regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau, 28,9%. Em 2000, a frequência do ensino médio era cerca de 24%, o que sugere um aumento na participação da população nesse curso. Essa informação se mostra compatível com as mudanças verificadas para o item nível de instrução, apresentadas na seção anterior.

Em seguida, estava o Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano), com 21,9% de frequência. Com relação a 2000, percebe-se que houve uma redução da frequência no ensino fundamental, em 2000 o valor era 55,1% e em 2010 45,8% – soma de Ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano), Ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano) e Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano).

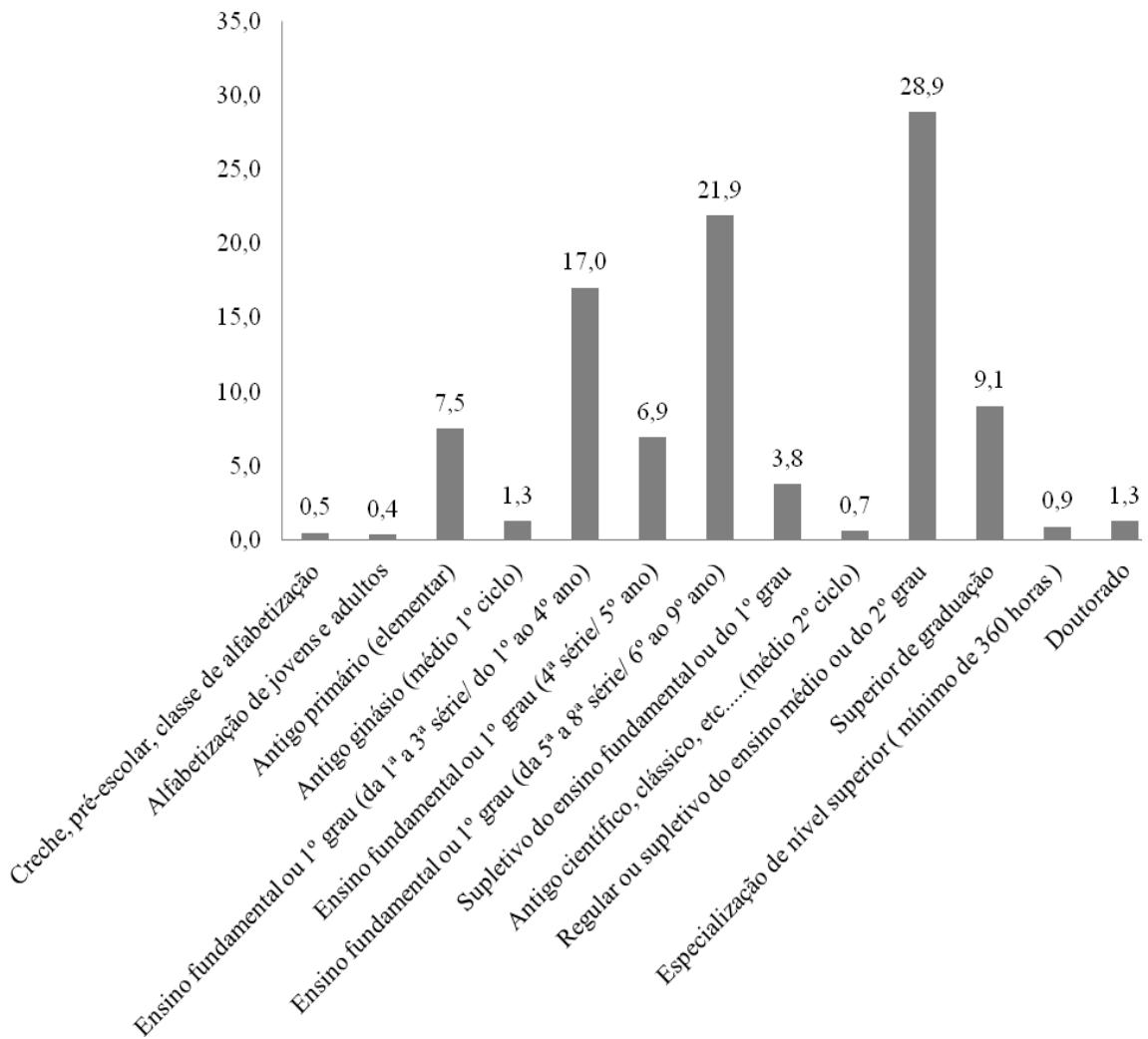
Os cursos creche, pré-escola e classe de alfabetização caem para 0,5%, valor muito baixo quando comparado com o de 2000 (8,8%), mas, em compensação a frequência no antigo primário (elementar) é de 7,5%. Por fim, 9,1% declararam ter cursado o superior de graduação, valor muito maior quando comparado a 2000 (4,4%). E 1,3% declararam ter frequentado o doutorado. Não aparecem declarações para mestrado em 2010. Esse resultado também reforça as mudanças apresentadas na seção anterior para o nível de instrução superior. Mas aqui o resultado fica ainda mais curioso, uma vez que não há declarações para mestrado enquanto aparecem 1,3% de pessoas com doutorado. Novamente, esses valores não eram esperados.

O Gráfico 7 ilustra os resultados aqui apresentados.



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

GRÁFICO 7
Curso mais elevado que a população autodeclarada indígena estudante frequentou (%) – RMBH – 2010



Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE.

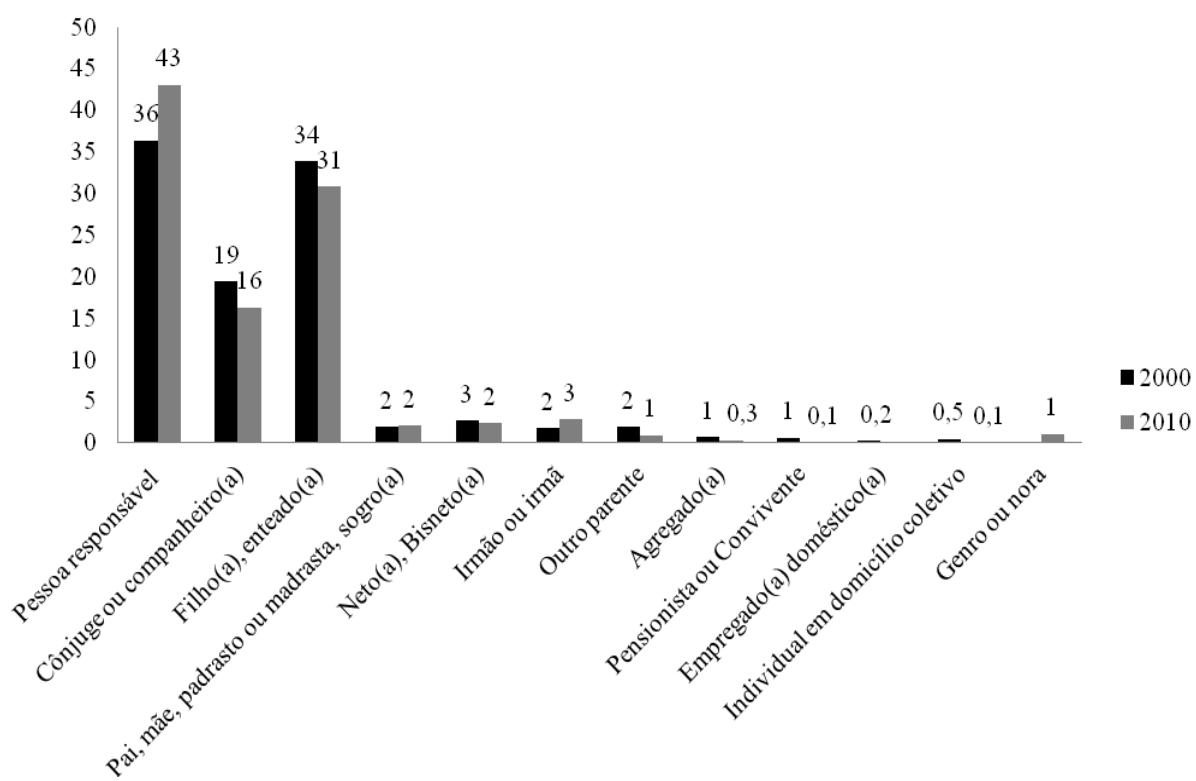
Relação com o responsável pelo domicílio

A relação com o responsável pelo permite melhor compreender a composição do domicílio e a estrutura das famílias que vivem no mesmo ambiente.

De acordo com os dados, em 2000, 36% das pessoas autodeclaradas indígenas residentes na RMBH eram as pessoas responsáveis pelo domicílio; 19% era o cônjuge com companheiro (a); 34% era filho (a) ou enteado (a); 3% neto(a) ou bisneto(a); 2% pai, mãe, padrasto ou madrasta, sogro(a); 2% irmã(o); 2% outro parente; e valores iguais ou inferiores a 1% para as demais relações. Desse modo, observa-se que os domicílios eram majoritariamente compostos pelo responsável, seu(sua) companheiro(a) e por seus filhos(as) ou enteados(as).

Em 2010, a estrutura domiciliar dos autodeclaradas indígenas residentes na RMBH permaneceu semelhante à de 2000. Como pode ser observado, 43% das pessoas eram as responsáveis pelo domicílio; 16% eram o cônjuge com companheiro(a); 31% eram filho(a) ou enteado(a); 3% irmã(o); 2% neto(a) ou bisneto(a); 2% pai, mãe, padrasto ou madrasta, sogro(a); 1% outro parente; e valores iguais ou inferiores a 1% para as demais relações. Os domicílios, em 2010, continuam sendo majoritariamente compostos pelo responsável, seu(sua) companheiro(a) e por seus filhos(as) ou enteados(as). Com relação às mudanças, os dados mostram que cresceu o número de pessoas responsáveis pelo domicílio, reduziu o número de companheiros(as) e também reduziu o número de filhos(as) ou enteados(as). A categoria irmã(o) passa a ter mais importância que a categoria neto(a) ou bisneto(a). Além disso, em 2010, surge como categoria separada a relação de genro ou nora (1%). As demais relações continuam com valores baixos. O Gráfico 8 ilustra essas considerações.

GRÁFICO 8
Relação de convivência ou parentesco com o responsável pelo domicílio (%) da população autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Situação Conjugal

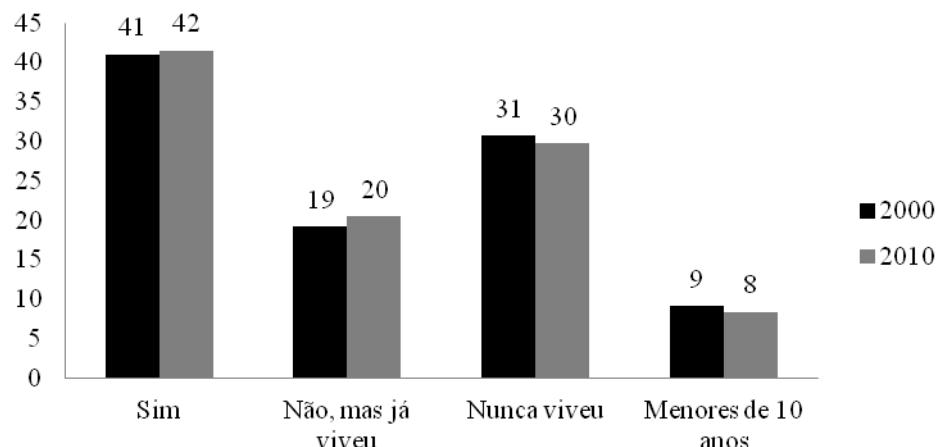
A situação conjugal é uma informação importante na análise da composição das famílias, permitindo a melhor compreensão da estrutura das mesmas.

Os dados mostram (Gráfico 9) que, em 2000, 41% da população autodeclarada indígena residente na RMBH vivia com seu cônjuge, ou companheiro (a); 19% já viveram, mas na semana de referência do censo² não vivia mais; e, 31% nunca viveram. Os outros 9% correspondem às pessoas que não se aplicam a esse caso, os menores de 10 anos.

Em 2010, 42% da população autodeclarada indígena residente na RMBH vivia com seu cônjuge, ou companheiro (a); 20% já viveram, mas na semana de referência do censo³ não vivia mais; e, 30% nunca viveram. Os outros 8% correspondem às pessoas que não se aplicam a esse caso, os menores de 10 anos.

Esse resultado indica que praticamente não há mudança no cenário das famílias, no que diz respeito à situação conjugal, entre os dois períodos. A maioria da população autodeclarada indígena residente na RMBH, tanto 2000 quanto em 2010, vivia com o seu cônjuge.

GRÁFICO 9
Situação conjugal (%) da população autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

² Em 2000, a semana de referência era 23 a 29 de julho.

³ Em 2010, a semana de referência era 25 a 31 de julho.

Religião

Os resultados revelam (Gráfico 10), entre os autodeclarados indígenas residentes na RMBH, uma população predominantemente católica, tanto em 2000 quanto em 2010, o que está de acordo com a população brasileira como um todo, que é predominantemente católica. Em 2000, mais da metade da população era católica (62%) e, em 2010, exatamente a metade (50%).

Em 2000 a segunda posição foi ocupada pelos Pentecostais, 10%. Em 2010, a segunda posição ficou com os Protestantes, correspondendo a 14% da população total.

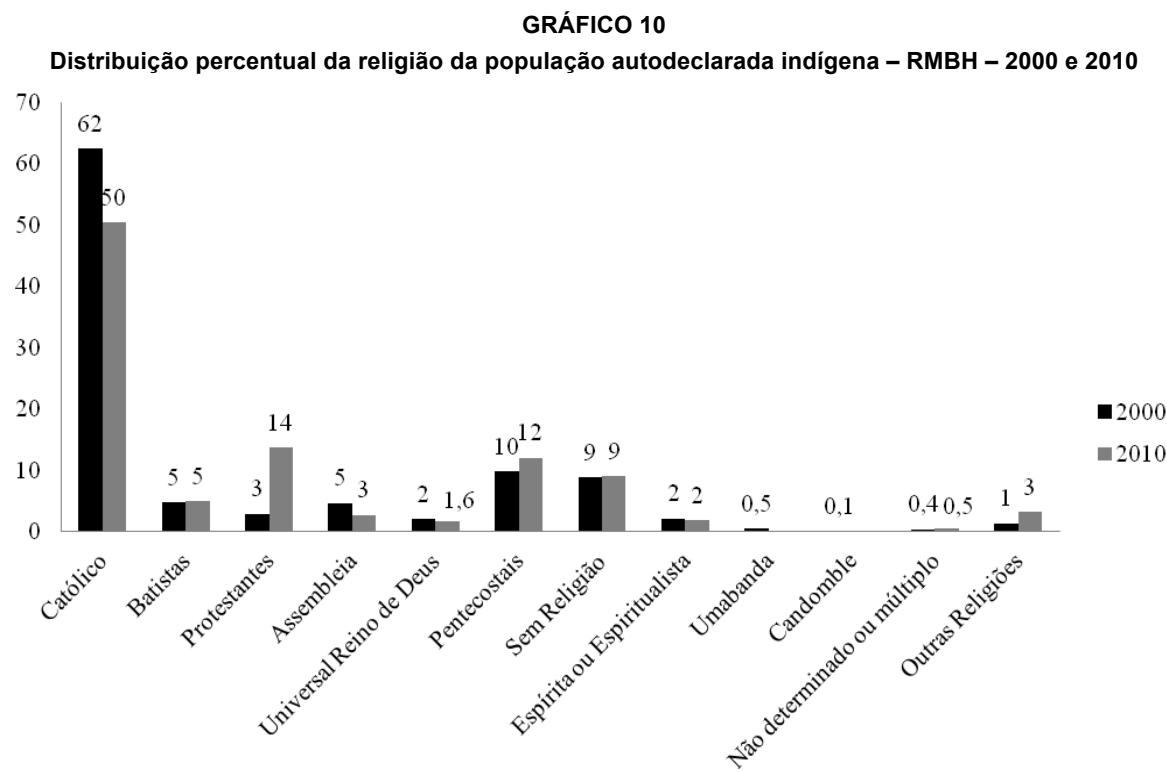
A terceira posição, em 2000, ficou com os sem religião (9%). Enquanto a terceira posição, em 2010, ficou com os Pentecostais (12%). Os sem religião, em 2010, ocuparam a quarta posição (9%).

Os dados indicam uma reorganização da estrutura religiosa entre os autodeclarados indígenas na RMBH entre os períodos em análise. Como observado, houve queda de 12% das pessoas autodeclaradas católicas. A quantidade relativa de protestantes aumentou; a de pentecostais, embora tenha reduzido a se manteve em uma posição importante; e, o número de pessoas sem religião manteve-se constante.

Surpreende muito o fato de a categoria de religião “Tradição Indígena” não ter aparecido nas declarações dos autodeclarados indígenas residentes na RMBH, embora essa categoria tenha feito parte das perguntas do Censo Demográfico, tanto em 2000 quanto em 2010. Apesar de a religião católica ser predominante também em realidades indígenas no Brasil, era de se esperar que pelo menos parte dessa população declarasse fazer parte da categoria “Tradição Indígena”.

A categoria “Espírita ou Espiritualista” representa duas categorias diferentes: a “Espírita” refere-se a espíritas, Kardecista e outros espíritas; enquanto a “Espiritalista” refere-se aos espiritualistas e outros tipos de espiritualistas. Elas foram agrupadas em face às poucas declarações e para facilitar as comparações. Não se pode inferir dessa agregação que essas duas categorias podem ser resumidas em uma só; como já mencionado, há diferenças entre elas.

Em 2000, observa-se que as categorias Umbanda (0,5%) e Candomblé (0,1%), embora fossem pouco expressivas, estavam na lista dos autodeclarados indígenas residentes na RMBH. Em 2010, essas categorias não aparecem.

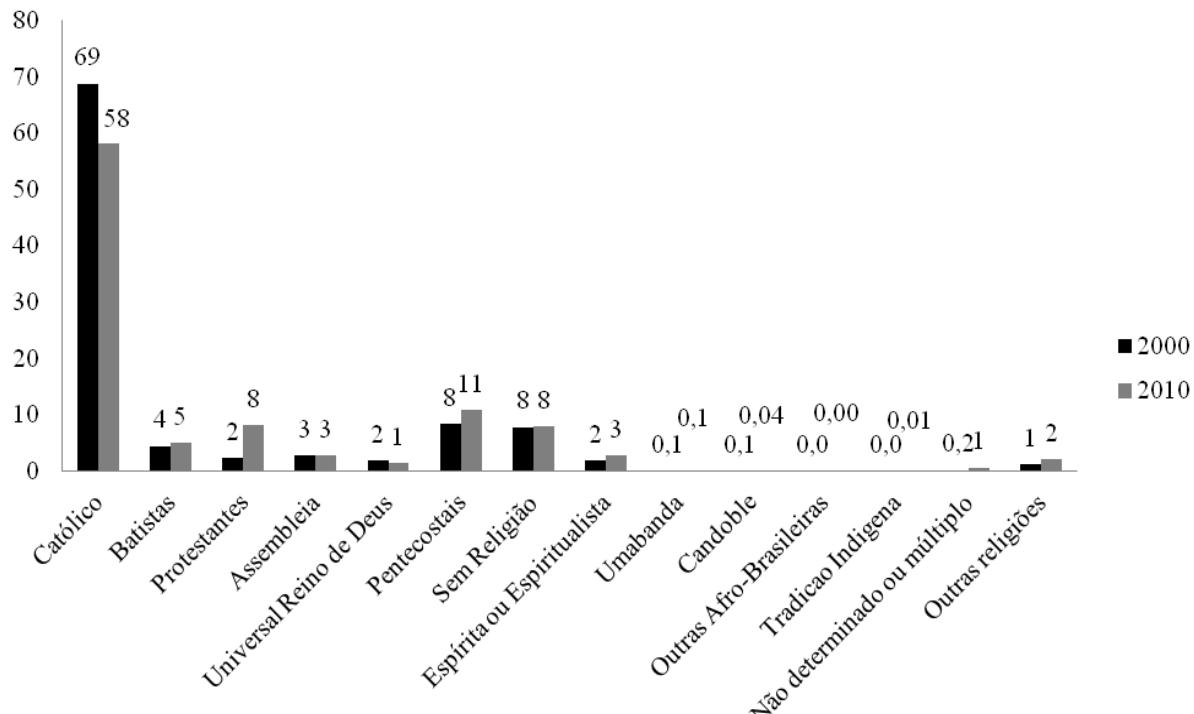


Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Além das considerações já feitas, admira-se o fato de a categoria “Tradição Indígena” ter aparecido para os residentes na RMBH, mas sem distinção de raça ou cor. Como pode ser visto no Gráfico 11, há indivíduos não indígenas residentes na RMBH que declararam fazer parte da religião “Tradição Indígenas”. Embora essa participação seja praticamente ínfima (próxima de 0%), 0,003% em 2000 e 0,01% em 2010, há de se destacar que a categoria aparece nas declarações.

Os possíveis motivos que levam a essa plausível inconsistência nos dados serão mais bem discutidos na seção “Considerações Finais” do presente relatório.

GRÁFICO 11
Distribuição percentual da religião – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Migração

As informações utilizadas nessa seção referem-se ao lugar de nascimento dos indígenas, bem como ao lugar de residência nas datas de referência dos censos e em alguns anos antes dessa data.

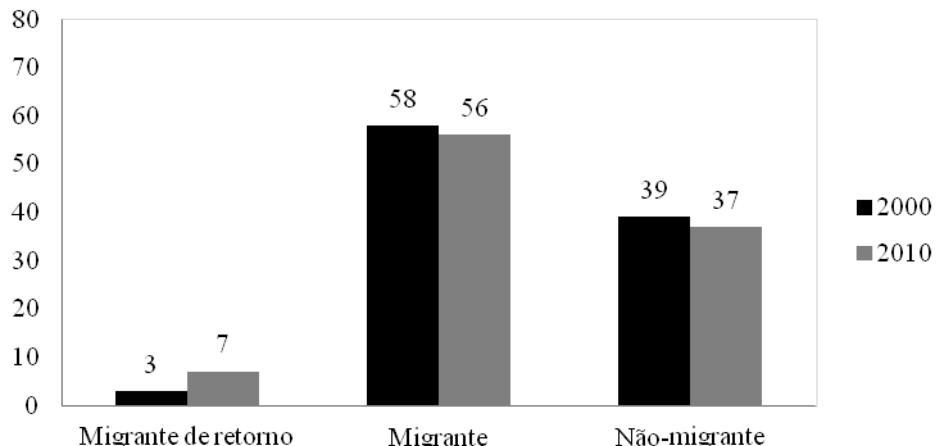
Intermunicipal

As informações sobre a migração intermunicipal mostram o movimento migratório entre os municípios de um mesmo estado. Nesse caso, está sendo analisado o movimento migratório dentro de Minas Gerais, com relação à RMBH, da população autodeclarada indígena residente na RMBH, ou seja, o movimento de saída desses indivíduos da RMBH em direção a outros municípios, ou de saída de outros municípios em direção à RMBH.

Os dados indicam (Gráfico 12) que em 2000, apenas 3% da população autodeclarada indígena residente na RMBH eram migrantes de retorno, ou seja, haviam nascido na RMBH, migraram para outros municípios de Minas Gerais e voltaram para a região nos anos anteriores ao censo; 58% eram migrantes, ou seja, vieram de outros municípios; e, 39% eram não migrantes, ou seja, nunca haviam saído dos municípios que compõem a RMBH para fixar moradia em outro município. Em 2010, 7% da população autodeclarada indígena residente na RMH eram migrantes de retorno; 56% eram migrantes; e, 37% eram não migrantes.

Entre os dois períodos não se observam mudanças significativas no que diz respeito à migração intermunicipal, como pode ser visto, tanto em 2000 quanto em 2010, a maioria dos moradores que se declararam indígenas, na RMBH, são migrantes, ou seja, não nasceram nos municípios da região em questão.

GRÁFICO 12
Status migratório (%) da população autodeclarada indígena – RMBH – (Intermunicipal) – 2000 e 2010



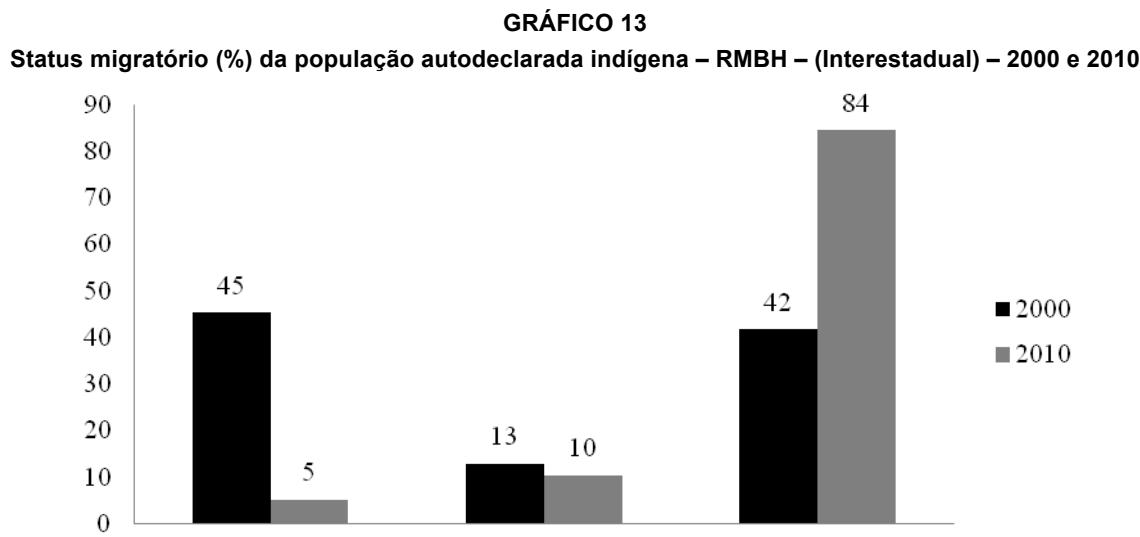
Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Interestadual

As informações sobre a migração interestadual mostram o movimento migratório entre os estados de um país. A presente análise se refere ao movimento migratório da população autodeclarada indígena residente na RMBH entre os estados do Brasil, ou seja, o movimento de saída desses indivíduos de Minas Gerais em direção a outros estados, ou de saída de outros estados em direção a Minas Gerais.

Os dados mostram (Gráfico 13) que houve uma mudança significativa nos padrões de migração interestadual. Em 2000, 45% da população autodeclarada indígena residente na RMBH era migrante de retorno, ou seja, eram nascidos em Minas Gerais, viveram fora desse Estado durante algum tempo e depois retornaram a ele; 13% eram migrantes, ou seja, vieram de outros estados; e 42% eram não-migrantes, ou seja, nascidos em Minas Gerais e que nunca se mudaram para outros estados.

Em 2010, apenas 5% dessa população eram migrantes de retorno; 10% eram migrantes; e 84% eram não migrantes. Esse resultado indica uma forte tendência à permanência da população autodeclarada indígena residente na RMBH em seu Estado de nascimento, no caso Minas Gerais. O percentual dos indivíduos não migrantes dobrou de 2000 para 2010.



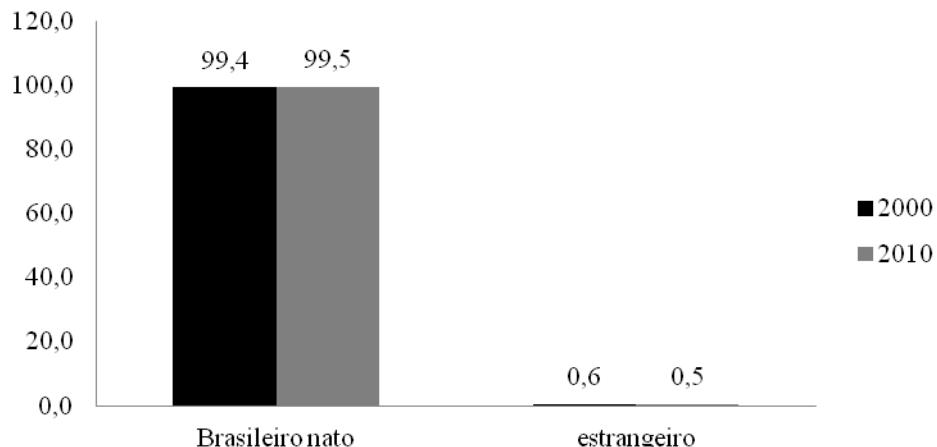
Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

A análise conjunta da migração intermunicipal e da migração interestadual permite perceber que embora os indivíduos autodeclarados indígena residentes na RMBH tenham continuado a se deslocar de outros municípios em direção aos municípios que compõem essa região entre 2000 e 2010, houve um processo de estagnação dessa população no Estado de Minas Gerais. Ou seja, o movimento migratório dessa população se restringiu ao seu Estado de nascimento. Em 2010, a maioria dos autodeclarados indígenas que migrou em direção à RMBH, veio de Minas Gerais, e não de outros estados do Brasil.

Nacionalidade

Os dados indicam (Gráfico 14) que, em 2000, quase todos os autodeclarados indígenas residentes na RMBH eram brasileiros natos (99,4%). Em 2010, esse valor se mantém praticamente igual ao de 2000 (99,5%). Com isso infere-se que a população autodeclarada indígena residente na RMBH era composta majoritariamente por indígenas brasileiros natos, sendo ínfima a representatividade da parte composta pelos índios provenientes de outros países.

GRÁFICO 14
Nacionalidade da população (%) autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Trabalho e Rendimento

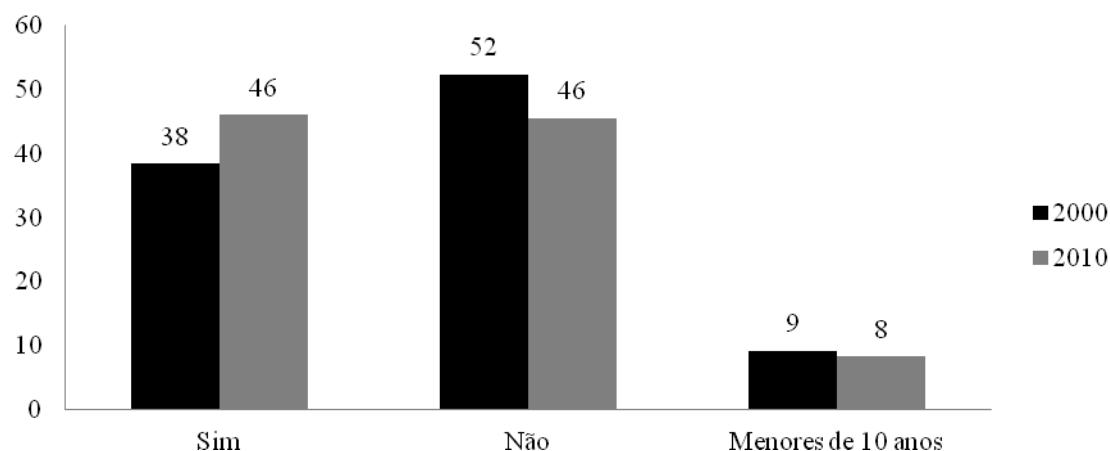
Trabalho Remunerado

Os dados mostram (Gráfico 15) que, em 2000, 38% dos autodeclarados indígenas residentes na RMBH, trabalharam na semana de referência, ganhando algum tipo de remuneração (dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) pela prestação do serviço e 52% não trabalharam na semana de referência. Os outros 9% não se aplicam a esse item, menores de 10 anos.

Em 2010, 46% dos autodeclarados indígenas residentes na RMBH, trabalharam na semana de referência, ganhando algum tipo de remuneração (dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) pela prestação do serviço e 46% não trabalharam na semana de referência. Os outros 8% não se aplicam a esse item, menores de 10 anos.

Como pode ser observado, houve um acréscimo do trabalho remunerado da população autodeclarada indígena residente na RMBH entre os períodos em questão, o que pode ter representado uma relativa melhora da situação do trabalho dessa população. Mas metade dessa população não tinha emprego em 2010.

GRÁFICO 15
Trabalho remunerado (%), na semana de referência, da população autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Tipo de Trabalho

Essa informação diz respeito à posição na ocupação do indivíduo (relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava) e a categoria do emprego no trabalho principal que a pessoa tinha na semana de referência.

Antes da análise dos dados, é necessário destacar que algumas mudanças foram feitas nos dados fornecidos, em decorrência da modificação da classificação dessa categoria entre os Censos 2000 e 2010 para permitir a comparabilidade entre os dois períodos. No ano de 2000, a categoria contava com os seguintes tipos de trabalho:

1. Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada;
2. Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada;
3. Empregado com carteira de trabalho assinada;
4. Empregado sem carteira de trabalho assinada;
5. Empregador;
6. Conta-própria;
7. Aprendiz ou estagiário sem remuneração;
8. Não remunerado em ajuda a membro do domicílio;
9. Trabalhador na produção para consumo próprio
10. Em Branco: para as pessoas com menos de 10 anos de idade e pessoas com 10 anos ou mais de idade que não tinham trabalho na semana de referência

Em 2010, contava com os seguintes:

1. Empregado com carteira de trabalho assinada;
2. Militar do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros;
3. Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos;
4. Empregado sem carteira de trabalho assinada;
5. Conta-própria;
6. Empregador;
7. Não remunerado;
8. Em Branco: para quem, na semana de 25 a 31 de julho de 2010: i) era menor de 10 anos de idade; ou, ii) não trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios; e iii) não tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado (a); e iv) não ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio; e v) trabalhou ou não na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio.

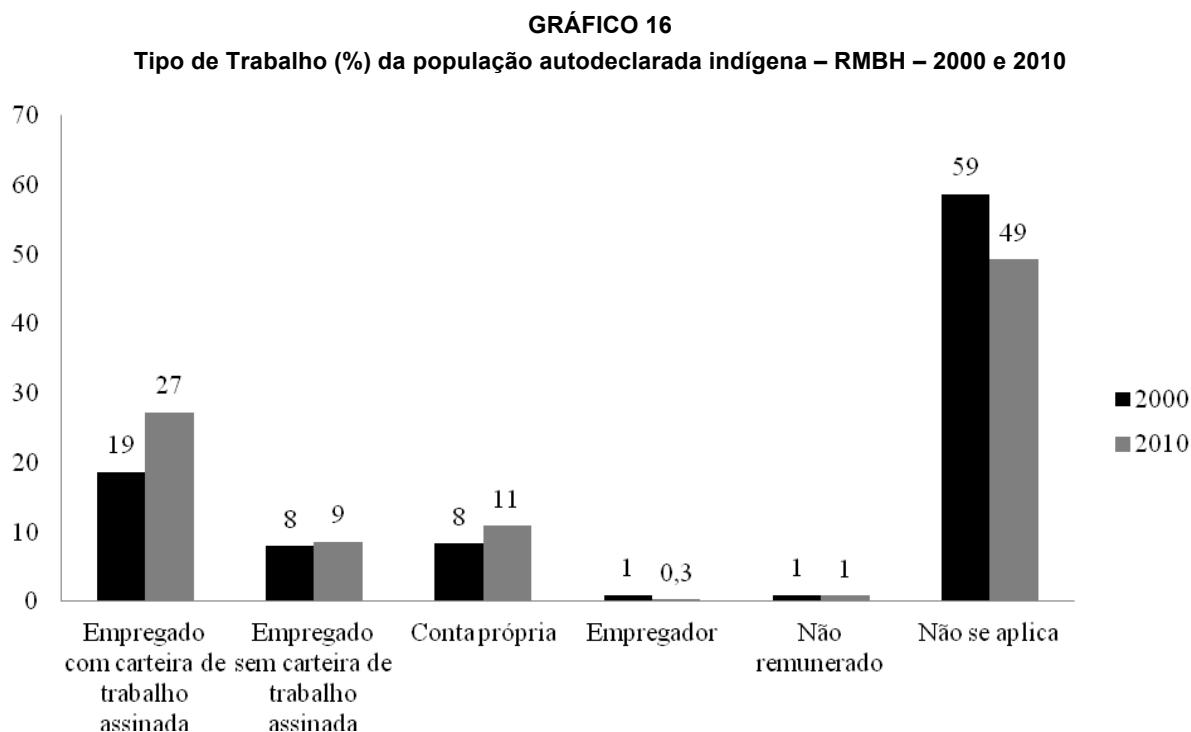
Ou seja, no item 8, o termo “Em Branco” era formado basicamente pelos menores de 10 anos ou pelos maiores de 10 anos que não tinham trabalho remunerado, ou haviam trabalhado somente para a alimentação dos moradores do domicílio.

Para realizar a comparação entre 2000 e 2010, consideraram-se os itens que apareciam nos dois períodos. Além desses, considerou-se e a soma dos itens “Aprendiz ou estagiário sem remuneração” e “Não remunerado em ajuda a membro do domicílio” do ano de 2000, que foi renomeada para “Não remunerado”. Os demais itens foram desconsiderados. Essa opção justifica o fato de no Gráfico 16 a soma das porcentagens dos tipos de trabalho não dar 100%.

Os dados mostram (Gráfico 16) que, em 2000, 19% da população autodeclarada indígena residente na RMBH e que tinha uma ocupação (função, cargo, profissão ou ofício), era empregado com carteira de trabalho assinada, 8% era empregado sem carteira de trabalho assinada; 8% eram trabalhador por conta própria; 1% era empregador; e, 1% era não remunerado. Por fim, 59% dessa população fazia parte das pessoas que não se aplicam a esse item.

Em 2010, 27% da população autodeclarada indígena residente na RMBH e que tinha uma ocupação (função, cargo, profissão ou ofício), era empregado com carteira de trabalho assinada, 9% era empregado sem carteira de trabalho assinada; 11% eram trabalhadores por conta própria; 0,3% eram empregadores; e, 1% era não remunerado. Finalmente, 49% dessa população fazia parte das pessoas que não se aplicam a esse item.

Esse resultado mostra que grande parte da população autodeclarada indígena residente na RMBH não se enquadra na categoria analisada. Em 2000 esse valor é de 59% do total, mais da metade da população e, em 2010, esse valor reduz para 49% do total, mas ainda assim é um valor expressivo. Não se pode dizer quanto dessa proporção refere-se aos indivíduos com menos de 10 anos e quanto se refere aos indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não tinham trabalho na semana de referência, tornando difícil a compreensão de como é o trabalho da população autodeclarada indígena residente na RMBH.



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Previdência

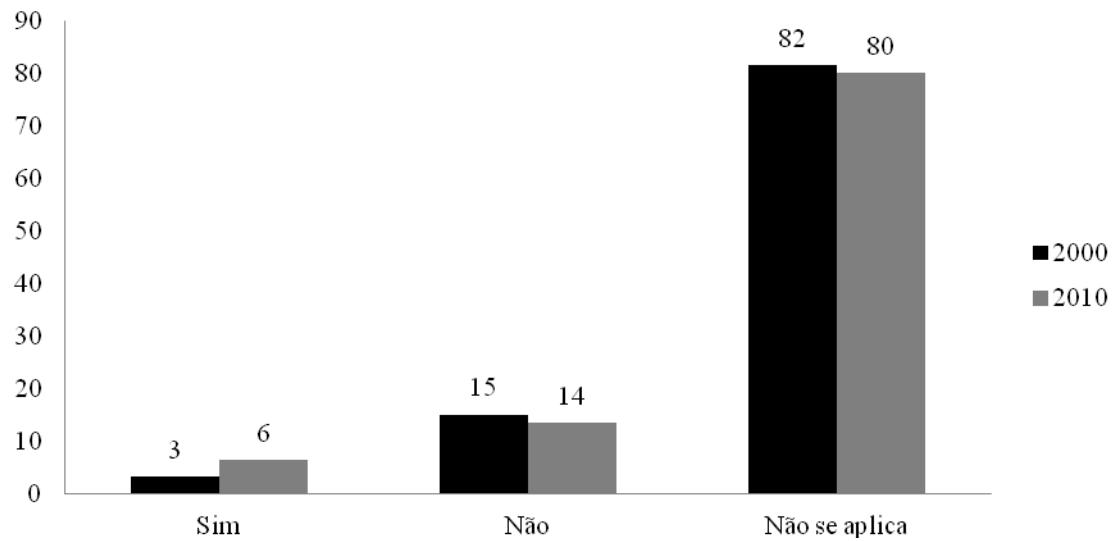
A categoria contribuição ao Instituto de Previdência Oficial fornece uma informação interessante quanto à possibilidade de garantia de aposentadoria para os contribuintes. Ela indica, assim, a possibilidade de ter acesso a uma forma de rendimento, que garanta o sustento básico, em um período da vida é difícil trabalhar em face às limitações impostas pela idade avançada. O IBGE considerou como institutos de previdência social: o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); o Plano de Seguro Social da União; e, os institutos de previdência social estaduais ou municipais.

Os dados indicam (Gráfico 17) que, em 2000, apenas 3% da população autodeclarada indígena residente na RMBH era contribuinte do Instituto de Previdência Oficial e 15% não eram. Os 82% restantes referem-se às pessoas que não se aplicam à categoria de trabalho remunerado.

Em 2010, 6% da população autodeclarada indígena residente na RMBH era contribuinte do Instituto de Previdência Oficial e 14% não eram. Os 80% restantes referem-se às pessoas que não se aplicam à categoria de trabalho remunerado, ou que eram: empregado com carteira de trabalho assinada; ou Militar do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros; ou empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos.

Como pode ser visto, o cenário da contribuição ao Instituto de Previdência Oficial da população autodeclarada indígena residente na RMBH não mudou muito entre os dois períodos. A maior parte dessa população não se aplicou a essa categoria, tanto em 2000 (82%) quanto em 2010 (80%), e do restante, pouquíssimos contribuíram para o Instituto de Previdência Oficial nos dois anos, em 2000, 3% e em 2010, 6%.

GRÁFICO 17
Contribuição Previdência Oficial (%) da população autodeclarada indígena – RMBH – 2000 e 2010



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

Rendimento em salário mínimo

Os dados indicam que tanto em 2000, quanto em 2010 o rendimento médio da população autodeclarada indígena residente na RMBH era de dois salários mínimos. Ou seja, em 10 anos não houve mudança com relação ao rendimento em salário mínimo para essa população. Esse resultado está representado na Tabela 2.

TABELA 2
Rendimento em salário mínimo da população autodeclarada indígena - RMBH – 2000 e 2010

RMBH	2000	2010
Total de Rendimentos (média)	307	1087
Salário mínimo vigente	151	510
Rendimento em salário mínimo	2,0	2,1

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do perfil sociodemográfico da população autodeclarada indígena residente na RMBH feito a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, permitiu obter importantes informações sobre as características sociodemográficas dessa população.

Os resultados provenientes dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, de uma maneira geral, revelam uma população pobre, com baixa escolaridade, com trabalhos precários e sem a devida assistência previdenciária. Além disso, revela uma redução significativa no número de indígenas na RMBH, com alterações importantes na pirâmide etária.

Um fato importante se refere à religião. Os dados mostram que nenhum indivíduo se declarou seguidor da religião “Tradição Indígena”. Tal constatação pode sugerir que a vivência nas áreas urbanas propiciou um amplo leque de possibilidades religiosas e de possíveis sincretismos capazes de incorporar elementos tradicionais, perceptíveis somente através de uma pesquisa qualitativa mais acurada.

As informações preliminares obtidas por meio das entrevistas junto aos indígenas autodeclarado residentes na RMBH permitem confirmar alguns aspectos apontados pelos Censos Demográficos de 2000 e 2010, mas destaca pontos muito mais complexos, como aceitação por parte da sociedade da sua identidade indígena.

Os resultados apontam para algumas características dos autodeclarados indígenas na RMBH que muitas vezes se mostram incompatíveis com o que era esperado. Espera-se que ao final da sistematização de todas as entrevistas realizadas seja possível obter um estudo mais aprofundado sobre dessa população, que consiga captar melhor as especificidades desta população indígena.

REFERÊNCIAS

- Dias Júnior, C. S., Verona, Ana Paula de Andrade, Pena, J. L., Machado-Coelho, G. L. L. (2008), *Fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas residentes em Minas Gerais: uma análise a partir do Censo Demográfico*. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 24, p. 2477-2488.
- Dias Júnior, C. S., Verona, Ana Paula de Andrade, Pena, J. L., Machado-Coelho, G. L. L. (2009), *Crescimento da população indígena em Minas Gerais: análise da influência da dinâmica demográfica e reclassificação racial a partir dos dados censitários de 1991-2000*. Revista Brasileira em Promoção da Saúde (UNIFOR. Impresso), v. 22, p. 157-163.
- Dias Júnior, C. S., Verona, Ana Paula de Andrade, Pena, J. L., Machado-Coelho, G. L. L. (2010), *Desigualdades Demográficas e Socioeconômicas entre Brancos e Indígenas no Brasil*. Redes (Santa Cruz do Sul), v. 15, p. 50-65.
- Ferreira, Vanessa Cardoso (2011), *Desenvolvimento metropolitano e sustentabilidade: construção de indicadores de sustentabilidade para uma análise da RMBH*. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- IBGE, (2012), *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. 2005*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/indigenas/default.shtml>, acesso em 15 de fevereiro de 2012
- IBGE (2012), *Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio*. 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_página=1>, acesso em 10 agosto de 2012
- IBGE (2012), *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Disponível em <www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>, acesso em 17 julho de 2012
- ISA (2011), *O Censo de 2010 e os povos indígenas*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/o-censo-2010-e-os-povos-indigenas>>, acesso em 25 janeiro de 2013